

No. 28621

---

**BRAZIL  
and  
INTER-AMERICAN INSTITUTE  
FOR COOPERATION ON AGRICULTURE**

**Basic Agreement on privileges and immunities and institutional relations. Signed at Brasília on 17 July 1984**

*Authentic text: Portuguese.*

*Registered by Brazil on 30 January 1992.*

---

**BRÉSIL  
et  
INSTITUT INTERAMÉRICAIN  
DE COOPÉRATION POUR L'AGRICULTURE**

**Accord-cadre sur les priviléges et immunités et sur les relations institutionnelles. Signé à Brasilia le 17 juillet 1984**

*Texte authentique : portugais.*

*Enregistré par le Brésil le 30 janvier 1992.*

## [PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO BÁSICO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA SOBRE PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

O Governo da República Federativa do Brasil, doravante referido como "Governo", de uma parte,

e

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, referido doravante como "Instituto", representado pelo seu Diretor-Geral, Dr. Francisco Morillo Andrade, de outra parte.

Considerando que, em 6 de março de 1979, foi aberta à assinatura dos Estados Americanos a Convenção pela qual o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas passou a denominar-se Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e foram ampliados os seus propósitos e reformulada a sua estrutura básica;

Considerando que a Convenção sobre o Instituto foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 60, de 28 de junho de 1980, e promulgada pelo Decreto nº 86.365, de 15 de setembro de 1981, tendo o Brasil depositado, de acordo com o artigo 33 da Convenção, seu instrumento de ratificação na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos;

Considerando que o artigo 26 da Convenção dispõe que "o Instituto gozará, no território de cada um dos Estados Membros, da capacidade jurídica e dos privilégios e imunidades necessários para o exercício das suas funções e para a realização dos seus propósitos";

Considerando que o artigo 27 da Convenção estabelece que os representantes dos Estados Membros nas reuniões da Junta Interamericana de Agricultura e do Comitê Executivo e o Diretor-Geral gozarão dos privilégios e imunidades correspondentes a seus cargos e necessários para desempenhar com independência suas funções;

Considerando que, conforme o artigo 28 da Convenção, "a estrutura do Instituto e os privilégios e imunidades que devem ser concedidos a ele e ao seu pessoal serão determinados em acordo multilateral que celebrem os Estados Membros da Organização dos Estados Americanos ou, quando se considerar necessário, nos acordos que o Instituto celebre bilateralmente com os Estados Membros";

Considerando que o artigo 29 da Convenção dispõe que, "para realizar os seus fins, e em conformidade com a legislação vigente nos Estados Membros, o Instituto poderá celebrar e executar contratos, acordos ou convênios, possuir recursos financeiros, bens imóveis e semoventes; e adquirir, vender, arrendar, melhorar ou administrar qualquer bem ou propriedade";

Considerando que, segundo o artigo 25 da Convenção, o Instituto, ad referendum do Comitê Executivo e por intermédio do Diretor-Geral, poderá aceitar contribuições especiais, heranças, legados ou doações, contanto que os mesmos sejam compatíveis com a natureza, os propósitos e as normas do Instituto, e convenientes a seus interesses;

Considerando que, de acordo com o artigo 30 da Convenção, o Instituto seguirá mantendo o seu Escritório no Brasil, através do qual serão sustentadas as suas relações institucionais e serão coordenados e executados os programas de cooperação técnica para, em consonância com os seus propósitos, atender aos interesses prioritários do Brasil relacionados com o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural;

Considerando que, para atualizar a situação jurídica do Instituto no País e dispor sobre os privilégios e imunidades que a este se outorgarão, se faz mister reformular o "Acordo Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto", que foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 58, de 1970, e promulgado pelo Decreto nº 67.541, de 12 de novembro de 1970;

Considerando que o Diretor-Geral do Instituto foi devidamente autorizado pela Junta Interamericana de Agricultura, mediante Resolução IICA/JIA/Res.24(II-E/82), para negociar e subscrever Acordos Básicos sobre Privilégios e Imunidades com os Estados Membros; à luz da nova Convenção,

Convieram no presente Acordo Nôsico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais, consubstanciado nas cláusulas seguintes:

SEÇÃO I

Da Capacidade Jurídica do Instituto

ARTIGO 1

O Instituto possui personalidade jurídica para:

- a) celebrar e executar contratos, acordos ou convênios;
- b) possuir recursos financeiros, bens imóveis, móveis ou semoventes;
- c) adquirir, vender, arrendar, melhorar ou administrar qualquer bem ou propriedade;
- d) instaurar processos judiciais;
- e) aceitar contribuições especiais, heranças, legados ou doações, contanto que os mesmos sejam compatíveis com a natureza, os propósitos e as normas do Instituto, e convenientes aos seus interesses.

SEÇÃO II

Dos Privilégios e Imunidades do Instituto

ARTIGO 2

O Instituto, bem como seus bens e haveres, em qualquer parte e em poder de qualquer pessoa, gozará de imunidade contra todo processo judicial, salvo nos casos particulares em que renuncie expressamente a essa imunidade. Subentende-se, entretanto, que essa renúncia de imunidade não terá o efeito de sujeitar os citados bens e haveres a nenhuma medida de execução.

ARTIGO 3

Os locais do Instituto são invioláveis. Seus bens e haveres, em qualquer parte e em poder de qualquer pessoa, gozarão de imunidade contra busca, requisição, confisco, expropriação e contra qualquer outra forma de coação ou intervenção, seja de caráter executivo, administrativo, judicial ou legislativo.

ARTIGO 4

Os arquivos do Instituto e todos os documentos a ele pertencentes ou que se achem em seu poder serão invioláveis, onde quer que se encontrem.

ARTIGO 5

O Instituto, assim como seus haveres, rendas e outros bens, estarão:

- a) isentos de toda contribuição direta, subentendendo-se, todavia, que não será reclamada isenção no que se refere a contribuições que de fato constituem remuneração por serviços públicos;
- b) isentos de direitos aduaneiros, proibições ou restrições em relação aos artigos que se importem ou exportem para uso oficial. Os artigos que se importem livres de direitos não serão vendidos no País, senão em conformidade com as condições que o Governo estabeleça;
- c) isentos de direitos aduaneiros, proibições e restrições para a importação e exportação das suas publicações.

ARTIGO 6

Sem ser atingido por determinações fiscais, regulamentos ou moratórias de espécie alguma:

- a) o Instituto poderá ter em seu poder fundos, ouro ou qualquer espécie de divisas e movimentar suas contas em qualquer moeda;

b) o Instituto terá liberdade de transferir os seus fundos, ouro ou divisa, de um país para outro, ou dentro do próprio país, bem como a de converter em qualquer outra moeda as divisas em seu poder.

No exercício desses direitos, o Instituto dará a devida atenção às observações que porventura faça o Governo, na medida em que possam ser levadas em conta sem prejudicar seus próprios interesses.

#### ARTIGO 7

O Instituto gozará no Brasil de um tratamento similar ao concedido a qualquer Governo, compreendida a sua missão diplomática, no tocante às prioridades, tarifas, sobretarifas e taxas de correio, cabogramas, telegramas, telex, radiogramas, telefones, comunicações telefônicas e outros meios de comunicações, assim como sobre as tarifas de imprensa para as informações à imprensa e ao rádio. A correspondência oficial e outras comunicações oficiais do Instituto não serão censuradas.

#### ARTIGO 8

O Instituto terá o direito de empregar códigos assim como de expedir e de receber sua correspondência por correios ou malas, que gozarão dos mesmos privilégios e imunidades que os correios e malas diplomáticas.

### SEÇÃO III

#### Dos Privilégios e Imunidades dos Representantes dos Estados Membros

#### ARTIGO 9

Os representantes dos Estados Membros participantes das reuniões da Junta Interamericana de Agricultura e do Comitê Executivo, realizadas no Brasil, assim como o pessoal que integre as respectivas delegações, durante o período de exercício de suas funções e no curso de suas viagens de ida ao local da reunião e regresso, gozarão dos privilégios e imunidades seguintes:

- a) imunidade de arresto pessoal ou de retenção e embargo de suas bagagens pessoais, e de imunidade contra qualquer processo judicial com relação aos atos por eles praticados ou expressões emitidas, sejam orais ou escritas, no desempenho de suas funções;
- b) inviolabilidade de todos os seus papéis e documentos;
- c) direito de fazer uso de códigos e de receber documentos e correspondência por mensageiros ou malas postais seladas;
- d) isenção pessoal e para seus cônjuges, no que diz respeito a todas as restrições de imigração, a toda formalidade de registro de estrangeiros e todos os serviços de caráter nacional;
- e) direito às mesmas franquias concedidas aos representantes de governos estrangeiros em missão oficial temporária no tocante às regulamentações monetárias ou de câmbio;
- f) direito às mesmas imunidades e franquias concedidas aos enviados diplomáticos, com relação às suas bagagens pessoais; e
- g) direito a tais outros privilégios, imunidades e facilidades compatíveis com o disposto nos parágrafos anteriores, dos quais gozam os enviados diplomáticos, com exceção do direito de reclamar isenção de direitos aduaneiros sobre objetos importados que não sejam parte de sua bagagem pessoal ou de impostos de venda e taxas de consumo.

#### ARTIGO 10

O disposto no artigo anterior não é aplicável no caso de representante ou pessoal de nacionalidade brasileira.

**SEÇÃO IV**  
**Dos Privilégios e Imunidades do Pessoal**

**ARTIGO 11**

O Diretor-Geral do Instituto, quando em missão oficial no Brasil, desfrutará dos privilégios, imunidades, isenções e franquias outorgados aos chefes de missões diplomáticas.

**ARTIGO 12**

O Subdiretor-Geral, os Subdiretores-Gerais Adjuntos e o Diretor de Área, quando em missões oficiais no Brasil, receberão o mesmo tratamento e desfrutarão dos mesmos privilégios e imunidades que os agentes diplomáticos.

**ARTIGO 13**

Os funcionários do quadro do Pessoal Internacional do Instituto, no cumprimento de missões oficiais, gozarão de inviolabilidade de suas bagagens, papéis e documentos, e estarão isentos de toda contribuição e impostos sobre salários ou vencimentos pagos pelo Instituto.

**ARTIGO 14**

Os funcionários do quadro do Pessoal do Instituto gozarão de imunidade contra todo processo judicial relativo a palavras escritas ou faladas e a todos os atos por eles praticados em caráter oficial.

**ARTIGO 15**

Os funcionários do quadro do Pessoal Internacional do Instituto, de nacionalidade não brasileira, e não Residentes Permanentes no Brasil, quando estejam no País, terão as seguintes prerrogativas:

- a) gozarão de imunidade, tanto eles como seus cônjuges e outros membros das suas famílias, que vivam às suas

- expensas, quanto às restrições de imigração e de registro de estrangeiros;
- b) ser-lhes-ão concedidas, no tocante ao movimento internacional de fundos, franquias idênticas às de que desfrutam os funcionários de categoria equivalente pertencentes às missões diplomáticas acreditadas junto ao Governo;
- c) gozarão, assim como seus cônjuges e demais membros da família, que vivam às suas expensas, das mesmas facilidades de repatriação que os enviados diplomáticos, em ocasiões de crise internacional;
- d) poderão importar, livres de direitos, seus móveis, utensílios e objetos pessoais, após haverem tomado posse de seus cargos no Brasil;
- e) estarão isentos de todo serviço de caráter nacional.

#### ARTIGO 16

O Biretor-Geral do Instituto ou seu representante autorizado comunicará ao Governo os nomes dos funcionários e pessoas para fins de concessão dos privilégios e imunidades mencionados nos artigos anteriores.

#### ARTIGO 17

O pessoal do Instituto que trabalha permanentemente no Brasil, e que não faz parte do Pessoal Profissional Internacional, estará regido conforme a legislação trabalhista e de previdência social brasileira.

#### SEÇÃO V

#### Da Natureza dos Privilégios e Imunidades

#### ARTIGO 18

Os privilégios e imunidades são concedidos aos representantes dos Estados Membros para salvaguardar o livre exercício

de suas funções relativas ao Instituto. Por conseguinte, os Estados Membros deverão renunciar a tais privilégios e imunidades em todos os casos em que, a seu juízo, os mesmos acarretem embaraço ao livre curso da justiça e quando a citada renúncia não venha a prejudicar os fins para os quais a imunidade foi outorgada.

#### ARTIGO 19

Os privilégios e imunidades são concedidos aos funcionários do quadro do Pessoal Profissional Internacional, exclusivamente no interesse do Instituto. Desta forma, o Diretor-Geral poderá renunciar aos privilégios e imunidades concedidos a um funcionário, sempre que, a seu critério, o seu exercício venha a impedir o curso da justiça e quando a citada renúncia possa fazer-se sem que se prejudiquem os interesses do Instituto. No caso do Diretor-Geral, caberá à Junta Interamericana de Agricultura do Instituto proceder à renúncia de imunidade.

#### ARTIGO 20

O Instituto, quando solicitado, colaborará com as autoridades competentes no sentido de facilitar a administração adequada da justiça, velar pela observância dos regulamentos de polícia e evitar todo abuso a que pudessem dar lugar os privilégios e imunidades de que trata o presente Acordo.

#### ARTIGO 21

O Instituto tomará as medidas que sejam necessárias para a solução adequada das controvérsias:

- a) que se originem em contratos ou outros ajustes de direito privado em que o Instituto seja parte;
- b) iii. que seja parte um funcionário ou membro do quadro de pessoal do Instituto, com referência às quais goze de imunidades, no caso do Diretor-Geral não haver renunciado a tais imunidades de acordo com o artigo 19.

**SEÇÃO VI**  
**Do Documento Oficial de Viagem**

**ARTIGO 22**

O Documento Oficial de Viagem emitido pela Organização dos Estados Americanos em nome do funcionário do Instituto portador do mesmo é reconhecido e aceito como válido para os efeitos de entrada e saída do País, nas viagens de caráter oficial.

**ARTIGO 23**

Os pedidos de visto em Documento Oficial de Viagem ou em passaporte de funcionários do Instituto, quando solicitados por este, para fins de missão oficial, serão examinados no mais breve prazo possível.

**ARTIGO 24**

O Governo concederá facilidades na obtenção de visto para funcionários do Instituto e pessoas que forem indicadas pelo mesmo para realizar ciclos de estudos e estágios, participar de conferências, seminários e atividades, bem como acompanhar o desenvolvimento de seus programas no Brasil.

**SEÇÃO VII**  
**Do Escritório do Instituto no Brasil**

**ARTIGO 25**

O Instituto desenvolverá os seus programas, projetos e atividades através do Escritório no Brasil, sediado na cidade de Brasília, DF, bem como das unidades de operação estabelecidas no País, quando necessárias, junto a instituições nacionais, para fins de cooperação técnica.

**ARTIGO 26**

O Escritório será dirigido por um funcionário nomeado pelo Diretor-Geral como Diretor e Representante, que terá a representação legal do mesmo, por delegação do Diretor-Geral.

ARTIGO 27

O Escritório, atuando no âmbito do desenvolvimento agrícola e de bem-estar rural, terá as funções principais seguintes:

- a) representar a Direção-Geral ante as autoridades brasileiras nos atos e assuntos relacionados com as funções do Escritório e naqueles em que seja autorizado pela mesma;
- b) promover, orientar e coordenar as atividades e operações do Instituto no Brasil;
- c) manter relações institucionais e de cooperação técnica com o objetivo de apoiar os esforços de desenvolvimento econômico, social, educacional e científico-tecnológico;
- d) proporcionar cooperação técnica para formulação e implementação de projetos e colaborar na identificação de fontes de financiamento;
- e) promover relações de cooperação e coordenação com outros organismos internacionais e agências de assistência bilateral que, visando a objetivos semelhantes, atuem no País.

ARTIGO 28

As ações de cooperação técnica desenvolver-se-ão à base dos programas aprovados pela Junta Interamericana de Agricultura ou dos Convênios de Operação correspondentes a projetos específicos acordados com órgãos competentes, nos quais definir-se-ão em cada caso os objetivos, a metodologia de trabalho, as contribuições e facilidades, bem como as obrigações que correspondem a cada uma das Partes Convenentes.

ARTIGO 29

O Governo e o Instituto determinarão as prioridades nacionais para selecionar as áreas de concentração das ações de cooperação técnica do Instituto no Brasil.

ARTIGO 30

As Partes Convenentes comprometem-se a estabelecer um mecanismo de enlace entre o Governo e a Direção-Geral do Instituto, a fim de manter comunicação sobre a realização de projetos, programas e outras atividades de interesse mútuo.

ARTIGO 31

Os programas, projetos e atividades do Instituto no Brasil serão financiados com recursos provenientes da arrecadação das cotas anuais dos Estados Membros fixados pela Junta, bem como recursos de outras fontes, oriundos de contratos, convênios, contribuições especiais e ainda rendas auferidas pelo Instituto.

ARTIGO 32

O Governo, através de órgãos da administração direta ou indireta, poderá prestar apoio para o efetivo funcionamento do Instituto no Brasil e a mais plena realização dos seus propósitos de cooperação técnica.

**SEÇÃO VIII**  
Das Disposições Finais

ARTIGO 33

As dúvidas ou controvérsias referentes à interpretação ou à aplicação do presente Acordo Básico, que não possam ser dirimidas por entendimento entre as Partes Convenentes, serão submetidas à arbitragem por solicitação de qualquer das Partes. Caso persistam as dúvidas ou controvérsias, elas serão submetidas à Corte Internacional de Justiça.

ARTIGO 34

O presente Acordo Básico ficará sujeito à aprovação das autoridades competentes e entrará em vigor trinta dias após a notificação de que foram cumpridas as respectivas formalidades legais.

ARTIGO 35

Qualquer alteração do presente Acordo Básico deverá ser apreciada pelas Partes Convenentes, que se consultarão previamente.

ARTIGO 36

O presente Acordo Básico terá duração indefinida, mas poderá ser denunciado a qualquer momento, mediante notificação escrita por qualquer das Partes Convenentes, cessando seus efeitos após transcorridos seis meses a contar da data de recebimento da notificação de denúncia pela outra Parte Convenente.

Em fé do que, os Representantes acima indicados firmam o presente Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

Feito na cidade de Brasília, aos 17 dias do mês de julho de 1984, em dois exemplares originais, no idioma português.

Pelo Governo  
da República Federativa  
do Brasil:

[Signed — Signé]  
RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pelo Instituto Interamericano  
de Cooperação para a Agricultura:

[Signed — Signé]  
FRANCISCO MORILLO ANDRADE

## [TRANSLATION — TRADUCTION]

**BASIC AGREEMENT<sup>1</sup> BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE INTER-AMERICAN INSTITUTE FOR CO-OPERATION ON AGRICULTURE ON PRIVILEGES AND IMMUNITIES AND INSTITUTIONAL RELATIONS**

The Government of the Federative Republic of Brazil, hereinafter referred to as "the Government", and

The Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture, hereinafter referred to as "the Institute", represented by its Director-General, Mr. Francisco Morillo Andrade,

Considering that the Convention whereby the Inter-American Institute of Agricultural Sciences was renamed the Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture,<sup>2</sup> and its purposes were broadened and its basic structure reorganized, was opened to the American States for signature on 6 March 1979,

Considering that the Convention on the Institute was approved by Legislative Decree No. 60 of 28 June 1980 and promulgated by Decree No. 86,365 of 15 September 1981, Brazil having deposited its instrument of ratification, in accordance with article 33 of the Convention, in the General Secretariat of the Organization of American States,

Considering that article 26 of the Convention states that "the Institute shall enjoy, in the territory of each of its member states, the legal capacity, privileges and immunities necessary for the exercise of its functions and the accomplishment of its purposes",

Considering that article 27 of the Convention stipulates that the representatives of the member States at the meetings of the Inter-American Board of Agriculture and of the Executive Committee, as well as the Director-General, shall enjoy the privileges and immunities corresponding to their positions and necessary for the independent performance of their duties,

Considering that, in accordance with article 28 of the Convention, "the juridical status of the Institute and the privileges and immunities that should be granted to it and to its personnel shall be determined in accordance with a multilateral agreement to be concluded among the member States of the Organization of American States, or, when it is deemed necessary, in agreements concluded on a bilateral basis by the Institute with its member States",

Considering that article 29 of the Convention states that "in order to carry out its purposes, and in accordance with the laws in force in the member States, the Institute may enter into and carry out contracts or agreements; hold funds, real property, movable property and livestock; and purchase, sell, lease, improve or operate any goods or property",

Considering that, according to article 25 of the Convention, the Institute, *ad referendum* to the Executive Committee and through the Director-General, may accept

<sup>1</sup> Came into force on 2 January 1992, i.e., 30 days after the date of the last of the notifications by which the Parties had informed each other that it had been approved pursuant to their respective legal procedures, in accordance with article 34.

<sup>2</sup> United Nations, *Treaty Series*, vol. 1214, p. 3.

special contributions, legacies, bequests or grants, provided that they are compatible with the nature, purposes and standards of the Institute and consistent with its interests,

Considering that, in accordance with article 30 of the Convention, the Institute will keep its Office in Brazil, through which its institutional relations will be maintained and its technical cooperation programmes coordinated and implemented, so that, in keeping with its purposes, it can attend to Brazil's priority interests in the areas of agricultural development and rural well-being,

Considering that, in order to update the Institute's legal status in the country and make provision for the privileges and immunities to be granted to it, the Basic Agreement between the Government of Brazil and the Inter-American Institute of Agricultural Sciences on Privileges and Immunities of the Institute, approved by Legislative Decree No. 58 of 1970 and promulgated by Decree No. 67,541 of 12 November 1970, needs to be redrafted,

Considering that the Director-General of the Institute was duly authorized by the Inter-American Board of Agriculture, by resolution IICA/JIA/Res.24 (11-E/82), to negotiate and sign basic agreements on privileges and immunities with the member States in the light of the new Convention,

Have agreed on the present Basic Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture on Privileges and Immunities and Institutional Relations, as contained in the following articles:

## SECTION I. LEGAL CAPACITY OF THE INSTITUTE

### *Article 1*

The Institute shall have legal capacity:

- (a) To enter into and carry out contracts or agreements;
- (b) To hold funds, real property, movable property or livestock;
- (c) To purchase, sell, lease, improve or administer any goods or property;
- (d) To institute legal proceedings;
- (e) To accept special contributions, legacies, bequests or grants, provided that they are compatible with the nature, purposes and standards of the Institute and consistent with its interests.

## SECTION II. PRIVILEGES AND IMMUNITIES OF THE INSTITUTE

### *Article 2*

The Institute, and its property and assets, wherever they may be and whoever may be in possession thereof, shall enjoy immunity from all legal process, except in specific cases in which it expressly waives such immunity. It is understood, however, that no such waiver of immunity shall expose the said property and assets to any measure of execution.

### *Article 3*

The premises of the Institute shall be inviolable. Its property and assets, wherever they may be and whoever may be in possession thereof, shall enjoy immunity

from search, requisition, confiscation, expropriation and any other form of constraint or intervention, whether by executive, administrative, judicial or legislative action.

#### *Article 4*

The Institute's archives and all documents belonging to it or in its possession shall be inviolable, wherever they may be.

#### *Article 5*

The Institute, as well as its assets, income and other property, shall be:

(a) Exempt from all direct taxes, it being understood, however, that no exemption will be claimed in respect of taxes that in fact constitute payment for public services;

(b) Exempt from customs duties, prohibitions and restrictions on articles imported or exported for official use. Articles imported with exemption from duties shall not be sold in the country except in accordance with conditions laid down by the Government;

(c) Exempt from customs duties, prohibitions and restrictions on the import and export of its publications.

#### *Article 6*

Without being liable to any kind of taxation, regulation or moratorium:

(a) The Institute may have in its possession funds, gold or any type of foreign currency and may carry out transactions on its accounts in any currency;

(b) The Institute shall be free to transfer its funds, gold or foreign currency from one country to another, or within the country itself, and to convert the foreign currencies in its possession into any other currency.

In the exercise of these rights, the Institute shall give due attention to any observations made by the Government, provided that they can be taken into account without detriment to its own interests.

#### *Article 7*

In Brazil, the Institute shall enjoy treatment similar to that accorded to any Government, including its diplomatic mission, in the matter of priorities, tariffs, surcharges and tariffs on mail, cables, telegrams, telex, radiotelegrams, faxes, telephone calls and other means of communication, as well as printing charges for information supplied to the press and radio. The Institute's official correspondence and other official communications shall not be censored.

#### *Article 8*

The Institute shall have the right to use codes and to dispatch and receive its correspondence by mail or in bags, which mail and bags shall enjoy the same privileges and immunities as diplomatic mail and pouches.

### SECTION III. PRIVILEGES AND IMMUNITIES OF REPRESENTATIVES OF MEMBER STATES

#### *Article 9*

Representatives of member States attending meetings of the Inter-American Board of Agriculture and of the Executive Committee held in Brazil, and the personnel constituting the respective delegations, shall enjoy the following privileges and immunities during the period of discharge of their functions and during their travel to and from the venue of the meeting:

- (a) Immunity from arrest or detention and from seizure of their personal baggage, and immunity from legal process of any kind in respect of acts performed or opinions expressed by them, either verbally or in writing, in the performance of their duties;
- (b) Inviolability of all their papers and documents;
- (c) The right to use codes and receive documents and correspondence by messenger or in sealed postal bags;
- (d) Exemption for themselves and their spouses from all immigration restrictions and alien registration formalities and from all forms of national service;
- (e) The right to the same exemptions in respect of currency or exchange regulations as are accorded to representatives of foreign Governments on temporary assignment;
- (f) The right to the same immunities and exemptions in respect of their personal baggage as are accorded to diplomatic officials;
- (g) The right to such other privileges, immunities and facilities compatible with the provisions of the preceding paragraphs as are enjoyed by diplomatic officials, except for the right to claim exemption from customs duties in respect of imported articles that do not form part of their personal baggage or from sales taxes and taxes on consumption.

#### *Article 10*

The provisions of the preceding article are not applicable to representatives or personnel of Brazilian nationality.

### SECTION IV. STAFF PRIVILEGES AND IMMUNITIES

#### *Article 11*

The Director-General of the Institute, when on official mission in Brazil, shall enjoy the privileges, immunities and exemptions accorded to heads of diplomatic missions.

#### *Article 12*

The Assistant Director-General, the Deputy Assistant Directors-General and the Regional Director, when on official mission in Brazil, shall receive the same treatment and enjoy the same privileges and immunities as diplomatic officials.

*Article 13*

International staff members of the Institute, when on official mission, shall enjoy inviolability of their baggage, papers and documents and shall be exempt from all levies and taxes on salaries or wages paid by the Institute.

*Article 14*

Staff members of the Institute shall enjoy immunity from all legal process in respect of words written or spoken and all acts performed by them in an official capacity.

*Article 15*

International staff members of the Institute who are not Brazilian nationals or permanently resident in Brazil shall have the following privileges when they are in the country:

- (a) They themselves, their spouses and other members of their families dependent on them and residing with them shall enjoy immunity from immigration and alien registration restrictions;
- (b) They shall be accorded exemptions in respect of the international movement of funds identical to those enjoyed by officials of equivalent rank belonging to diplomatic missions accredited to the Government;
- (c) They themselves, their spouses and other members of their family dependent on them and residing with them shall enjoy the same repatriation facilities as diplomatic officials at times of international crisis;
- (d) They may import their household and personal effects, free of duty, after taking up their duties in Brazil;
- (e) They shall be exempt from all forms of national service.

*Article 16*

The Director-General of the Institute or his authorized representative shall communicate the names of staff members and individuals to the Government with a view to the granting of the privileges and immunities mentioned in the preceding articles.

*Article 17*

Staff members of the Institute who work permanently in Brazil and are not members of the international professional staff shall be governed by Brazilian labour and social security legislation.

**SECTION V. NATURE OF THE PRIVILEGES AND IMMUNITIES***Article 18*

Privileges and immunities are granted to the representatives of member States to safeguard the free exercise of their functions related to the Institute. Member States shall therefore waive such privileges and immunities in all cases where, in their view, they are impeding the course of justice and when the said waiver is not detrimental to the purposes for which immunity was granted.

*Article 19*

Privileges and immunities are granted to international professional staff members solely in the interest of the Institute. The Director-General may therefore waive the privileges and immunities granted to a staff member when, in his view, their exercise would impede the course of justice and when the said waiver would not be detrimental to the interests of the Institute. In the case of the Director-General, responsibility for the waiver of immunity shall lie with the Inter-American Board of Agriculture.

*Article 20*

The Institute shall cooperate with the competent authorities, on request, in facilitating the proper administration of justice, ensuring compliance with public rules and regulations and avoiding any abuse to which the privileges and immunities provided for in this Agreement could give rise.

*Article 21*

The Institute shall take whatever steps are necessary for the appropriate settlement of disputes:

- (a) Arising from contracts or other private-law agreements to which the Institute is a party;
- (b) To which an official or staff member of the Institute is a party and in respect of which he enjoys immunities, unless the Director-General has waived such immunities in accordance with article 19.

**SECTION VI. OFFICIAL TRAVEL DOCUMENT***Article 22*

The official travel document issued by the Organization of American States in the name of the staff member of the Institute who is the bearer thereof shall be recognized and accepted as valid for the purpose of entering or leaving the country on official travel.

*Article 23*

Requests for a visa in the official travel document or the passport of staff members of the Institute, when requested by the latter for an official mission, shall be considered with all possible dispatch.

*Article 24*

The Government shall grant facilities for obtaining a visa for staff members of the Institute and persons designated by the Institute to participate in study and training courses, conferences, seminars and activities and to assist in the implementation of its programmes in Brazil.

**SECTION VII. THE INSTITUTE'S OFFICE IN BRAZIL***Article 25*

The Institute shall carry out its programmes, projects and activities through its Office in Brazil, based in the city of Brasília, and through operational units estab-

lished in the country, where necessary, in association with national institutions, for purposes of technical cooperation.

#### *Article 26*

The Office shall be run by an official appointed by the Director-General as director and representative, who shall be responsible for the legal representation of the Office by delegation of authority from the Director-General.

#### *Article 27*

The Office, operating in the areas of agricultural development and rural well-being, shall have the following main functions:

- (a) To represent the Directorate-General vis-à-vis the Brazilian authorities in activities and matters related to the functions of the Office and in those for which it is authorized by the Directorate-General;
- (b) To promote, direct and coordinate the Institute's activities and operations in Brazil;
- (c) To maintain institutional relations and technical cooperation relations with a view to supporting economic, social, educational, scientific and technological development efforts;
- (d) To provide technical assistance for project design and implementation and to cooperate in identifying funding sources;
- (e) To promote relations of cooperation and coordination with other international organizations and bilateral assistance agencies operating in the country and pursuing similar objectives.

#### *Article 28*

Technical cooperation activities shall be undertaken on the basis of programmes approved by the Inter-American Board of Agriculture or of operational agreements pertaining to specific projects agreed with the competent bodies, which agreements shall in each case specify the aims, working methods, contributions and facilities, as well as the obligations of each of the Contracting Parties.

#### *Article 29*

The Government and the Institute shall establish national priorities with a view to selecting focal areas for the Institute's technical cooperation activities in Brazil.

#### *Article 30*

The Contracting Parties undertake to establish a mechanism for liaison between the Government and the Directorate-General of the Institute with a view to maintaining communication on the implementation of projects, programmes and other activities of mutual interest.

#### *Article 31*

The Institute's programmes, projects and activities in Brazil shall be financed with funds drawn from the annual contributions of member States fixed by the Board and funds from other sources, derived from contracts, agreements, special contributions and income received by the Institute.

*Article 32*

The Government, through direct or indirect administrative bodies, may provide support for the effective functioning of the Institute in Brazil and for fuller achievement of its technical cooperation goals.

**SECTION VIII. FINAL PROVISIONS***Article 33*

Doubts or disputes as to the interpretation or implementation of this Basic Agreement that cannot be settled by agreement between the Contracting Parties shall be submitted for arbitration at the request of either Party. If the doubts or disputes persist, they shall be submitted to the International Court of Justice.

*Article 34*

This Basic Agreement shall be subject to approval by the competent authorities and shall enter into force 30 days after notification of completion of the respective legal formalities.

*Article 35*

Any amendment of this Basic Agreement shall be approved by the Contracting Parties, following prior consultation.

*Article 36*

This Basic Agreement shall remain in force indefinitely, but may be terminated at any time by notice given in writing by either Contracting Party. It shall cease to have effect six months after the date of receipt of notice of termination by the other Contracting Party.

IN WITNESS WHEREOF, the above-mentioned representatives sign this Basic Agreement on Privileges and Immunities and Institutional Relations of the Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture.

DONE at the city of Brasília on 17 July 1994, in two originals in the Portuguese language.

For the Government  
of the Federative Republic  
of Brazil:

[Signed]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

For the Inter-American Institute  
for Cooperation on Agriculture:

[Signed]

FRANCISCO MORILLO ANDRADE

## [TRADUCTION — TRANSLATION]

**ACCORD-CADRE<sup>1</sup> ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET L'INSTITUT INTERAMÉRICAIN DE COOPÉRATION POUR L'AGRICULTURE SUR LES PRIVILÉGES ET IMMUNITÉS ET SUR LES RELATIONS INSTITUTIONNELLES**

---

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil, ci-après dénommé « le Gouvernement », d'une part, et

L'Institut interaméricain de coopération pour l'agriculture, ci-après dénommé « l'Institut », représenté par son Directeur général, M. Francisco Morillo Andrade, d'autre part,

Considérant que le 6 mars 1979 a été ouverte à la signature des Etats américains la Convention par laquelle l'Institut interaméricain des sciences agricoles a pris la dénomination d'Institut interaméricain de coopération pour l'agriculture<sup>2</sup>, ses objectifs ayant été élargis et sa structure fondamentale ayant été modifiée;

Considérant que la Convention relative à l'Institut a été approuvée par le décret législatif n° 60, du 28 juin 1980, et promulguée par le décret n° 86.365 du 15 septembre 1981, le Brésil ayant déposé, conformément aux dispositions de l'article 33 de la Convention, son instrument de ratification auprès du Secrétariat général de l'Organisation des Etats américains;

Considérant que la Convention dispose en son article 26 que « l'Institut jouit sur le territoire de chacun des Etats membres de la capacité juridique et des priviléges et immunités nécessaires à l'exercice de ses fonctions et à la réalisation de ses objectifs »;

Considérant qu'il est établi par la Convention en son article 27 que les représentants des Etats membres aux réunions du Conseil interaméricain de l'agriculture et du Comité exécutif, ainsi que le Directeur général, jouissent des priviléges et immunités correspondant à leur rang et leur permettant d'accomplir leurs tâches avec indépendance;

Considérant qu'aux termes de l'article 28 de la Convention, « le statut juridique de l'Institut, les priviléges et immunités qui doivent être octroyés à cet organisme ainsi qu'à son personnel, sont déterminés par un accord multilatéral conclu entre les Etats membres de l'Organisation des Etats américains, ou par des accords bilatéraux intervenus entre l'Institut et un Etat membre, lorsque de tels accords sont jugés nécessaires »;

Considérant que la Convention dispose en son article 29 que « pour réaliser ses buts, et selon les dispositions de la législation en vigueur dans les Etats membres, l'Institut a le droit de conclure et d'exécuter des contrats, accords ou conventions,

---

<sup>1</sup> Entré en vigueur le 2 janvier 1992, soit 30 jours après la date de la dernière des notifications par lesquelles les Parties s'étaient informées qu'il avait été approuvé selon leurs formalités légales respectives, conformément à l'article 34.

<sup>2</sup> Nations Unies, *Recueil des Traité*s, vol. 1214, p. 3.

de posséder des fonds, des biens mobiliers et immobiliers, et d'acquérir, de vendre, de louer, d'améliorer ou de gérer tout bien ou toute propriété »;

Considérant que selon l'article 25 de la Convention, l'Institut *ad referendum* du Comité exécutif et par l'intermédiaire du Directeur général, peut accepter des contributions spéciales, des successions, legs ou dons, si toutefois ceux-ci sont compatibles avec la nature, les buts et les normes de l'Institut, et servent ses intérêts;

Considérant que, conformément à l'article 30 de la Convention, l'Institut maintiendra comme par le passé son bureau au Brésil, par l'intermédiaire duquel seront entretenues les relations internationales et seront coordonnés et exécutés les programmes de coopération technique pour tenir compte, conformément à ses buts, des intérêts prioritaires du Brésil en ce qui concerne le développement agricole et le bien-être rural;

Considérant que pour mettre à jour la situation juridique de l'Institut dans le pays et prendre des dispositions concernant les priviléges et immunités qui lui seront accordés, il est nécessaire de remanier l'« Accord-cadre entre le Gouvernement du Brésil et l'Institut interaméricain des sciences agricoles sur les priviléges et immunités de l'Institut », qui a été approuvé par le décret législatif n° 58 de 1970, et promulgué par le décret n° 67.541 du 12 novembre 1970;

Considérant que le Directeur général de l'Institut a été dûment autorisé par le Conseil interaméricain de l'agriculture, aux termes de la résolution IICA/JIA/Res.24 (11-E/82), à négocier et à signer des accords-cadres avec les Etats membres sur les priviléges et immunités, compte tenu de la nouvelle Convention;

Sont convenus du présent Accord-cadre entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Institut interaméricain de coopération pour l'agriculture sur les priviléges et immunités et sur les relations institutionnelles, constitué par les dispositions suivantes :

## SECTION I. DE LA CAPACITÉ JURIDIQUE DE L'INSTITUT

### *Article 1*

L'Institut jouit de la personnalité juridique aux fins suivantes :

- a) Conclure et exécuter des contrats, accords ou conventions;
- b) Posséder des fonds, des biens immobiliers, mobiliers ou du cheptel vif;
- c) Acquérir, vendre, louer, améliorer ou gérer tout bien ou toute propriété;
- d) Intenter des actions en justice;
- e) Accepter des contributions spéciales, des successions, legs ou dons, si toutefois ceux-ci sont compatibles avec la nature, les buts et les normes de l'Institut, et servent ses intérêts.

## SECTION II. DES PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS DE L'INSTITUT

### *Article 2*

L'Institut, de même que ses biens et avoirs, en quelque lieu qu'ils se trouvent et quelle que soit la personne qui en a la garde, jouiront de l'immunité de toute forme de poursuites, sauf dans les cas particuliers où il aurait été expressément renoncé à

cette immunité. Il est toutefois entendu que cette levée d'immunité n'aura pas pour effet de soumettre lesdits biens et avoirs à une quelconque mesure d'exécution.

### *Article 3*

Les locaux de l'Institut sont inviolables. Ses biens et avoirs, en quelque lieu qu'ils se trouvent et quelle que soit la personne qui en a la garde, ne pourront faire l'objet d'aucune forme de perquisition, réquisition, confiscation, expropriation ou toute autre forme de coaction ou d'ingérence de caractère exécutif, administratif, judiciaire ou législatif.

### *Article 4*

Les archives de l'Institut et tous les documents leur appartenant se trouvant en leur possession, seront inviolables, quel que soit le lieu où ils se trouvent.

### *Article 5*

L'Institut, ainsi que ses avoirs, revenus et autres biens, seront :

- a) Exonérés de tout impôt direct, étant entendu toutefois qu'il ne sera pas demandé d'exonération en ce qui concerne les contributions constituant en fait la rémunération de services publics;
- b) Exonérés de droits de douane, interdictions ou restrictions pour les articles importés ou exportés aux fins d'usage officiel. Les articles importés en franchise de droits ne seront pas vendus dans le pays, si ce n'est conformément aux conditions fixées par le Gouvernement;
- c) Exonérés des droits de douane, interdictions et restrictions sur l'importation et l'exportation des publications officielles de l'Institut.

### *Article 6*

Sans être affecté par toutes dispositions fiscales, réglementaires ou moratoires de quelque nature que ce soit :

- a) L'Institut pourra détenir des fonds, de l'or ou n'importe quelle sorte de devises et gérer ses comptes en quelque monnaie que ce soit;
- b) L'Institut sera libre de transférer ses fonds, son or ou ses devises d'un pays à l'autre ou à l'intérieur de son propre pays, ainsi que de convertir en toute autre monnaie les devises se trouvant en sa possession.

Dans l'exercice de ces droits, l'Institut accordera toute l'attention voulue aux observations que pourrait faire le Gouvernement, dans la mesure où elles pourront être prises en compte sans préjudice pour ses propres intérêts.

### *Article 7*

L'Institut jouira au Brésil d'un traitement semblable à celui qui est accordé à tout gouvernement quelconque, y compris à sa mission diplomatique, en matière de priorités, tarifs, surtaxes et taxes sur le courrier, câbles, télégrammes, télex, radiogrammes, téléphotographies, communications téléphoniques et autres moyens de communication, ainsi que pour les tarifs d'impression pour les informations à la presse et à la radio. La correspondance officielle et les autres communications officielles de l'Institut ne seront pas soumises à la censure.

*Article 8*

L'Institut a le droit d'employer des codes et d'expédier et de recevoir sa correspondance par courrier spécial ou dans des valises, qui jouiront des mêmes priviléges et immunités que les courriers et valises diplomatiques.

**SECTION III. DES PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS DES REPRÉSENTANTS DES ÉTATS MEMBRES***Article 9*

Les représentants des Etats membres participant aux réunions du Conseil interaméricain de l'agriculture et du Comité exécutif organisées au Brésil, ainsi que les membres du personnel faisant partie des délégations respectives, pendant la période d'exercice de leurs fonctions et au cours de leurs voyages d'aller au lieu de la réunion et de retour, jouiront des priviléges et immunités suivants :

- a) Immunité de détention ou d'arrestation personnelle et de saisie de leurs bagages personnels et immunité de toute juridiction de quelque nature que ce soit, pour les actes accomplis par eux ou pour leurs déclarations verbales ou écrites dans l'exercice de leurs fonctions;
- b) Inviolabilité de tous papiers et documents;
- c) Droit de faire usage de codes et de recevoir des documents ou de la correspondance par courriers ou par valises scellées;
- d) Exemption pour eux-mêmes et pour leurs conjoints de toutes mesures restrictives en matière d'immigration, des formalités d'enregistrement des étrangers et de toutes obligations de service national;
- e) Mêmes facilités, en ce qui concerne les réglementations monétaires et de change, que celles qui sont accordées aux représentants de gouvernements étrangers en mission officielle temporaire;
- f) Droit aux mêmes immunités et franchises que celles qui sont accordées aux envoyés diplomatiques, en ce qui concerne leurs bagages personnels; et
- g) Droit à tous autres priviléges, immunités et facilités compatibles avec les dispositions des paragraphes précédents, dont jouissent les envoyés diplomatiques, avec exercice du droit de demander l'exonération des droits de douane sur les objets importés qui ne feraient pas partie de leurs bagages personnels ou des impôts sur les ventes ou taxes de consommation.

*Article 10*

Les dispositions de l'article qui précède ne sont pas applicables à un représentant ou membre du personnel de nationalité brésilienne.

**SECTION IV. DES PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS DU PERSONNEL***Article 11*

Le Directeur général de l'Institut, pendant sa mission officielle au Brésil, jouira des priviléges, immunités, exemptions et franchises accordés aux chefs de missions diplomatiques.

*Article 12*

Le Sous-Directeur général, les sous-directeurs généraux adjoints et le Directeur régional, au cours de leurs missions officielles au Brésil, recevront le même traitement et jouiront des mêmes priviléges et immunités que les agents diplomatiques.

*Article 13*

Les fonctionnaires du cadre du personnel international de l'Institut, dans l'accomplissement de leurs missions officielles, jouiront de l'inviolabilité de leurs bagages, papiers et documents, et seront exempts de toute contribution ou impôt sur les traitements ou émoluments versés par l'Institut.

*Article 14*

Les fonctionnaires du cadre du personnel de l'Institut jouiront de l'immunité de toute forme de poursuites en ce qui concerne leurs paroles ou écrits et tous les actes accomplis dans l'exercice de leurs fonctions officielles.

*Article 15*

Les fonctionnaires du cadre du personnel international de l'Institut, de nationalité non brésilienne et non résidents permanents au Brésil, lors de leur séjour dans le pays, auront les prérogatives suivantes :

- a) Ils jouiront de l'immunité, tant pour eux-mêmes que pour leurs conjoints et les autres membres de leur famille vivant à leur charge, en ce qui concerne les restrictions en matière d'immigration et d'enregistrement des étrangers;
- b) Il leur sera accordé, en ce qui concerne le mouvement international des fonds, des franchises identiques à celles dont jouissent les fonctionnaires de catégorie équivalente appartenant aux missions diplomatiques accréditées auprès du gouvernement;
- c) Ils jouiront, ainsi que leurs conjoints et les autres membres de leur famille vivant à leur charge, des mêmes facilités de rapatriement que les envoyés diplomatiques, en cas de crise internationale;
- d) Ils pourront importer, en exemption de droits, leurs mobilier, ustensiles et objets personnels, après la prise de possession de leur poste au Brésil;
- e) Ils seront exempts de toute obligation de service national.

*Article 16*

Le Directeur général de l'Institut ou son représentant autorisé communiquera au Gouvernement les noms des fonctionnaires et des personnes susceptibles de bénéficier des priviléges et immunités mentionnés dans les articles qui précèdent.

*Article 17*

Le personnel de l'Institut travaillant au Brésil de manière permanente et ne faisant pas partie du personnel professionnel international, sera traité conformément à la législation brésilienne du travail et de la prévoyance sociale.

**SECTION V. DE LA NATURE DES PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS*****Article 18***

Les privilèges et immunités sont accordés aux représentants des Etats membres pour sauvegarder le libre exercice de leurs fonctions dans le cadre de l'Institut. En conséquence, les Etats membres devront renoncer à ces privilèges et immunités dans tous les cas où, selon son jugement, lesdits privilèges et immunités entreraient le cours de la justice et où cette renonciation ne serait pas de nature à porter préjudice aux fins pour lesquelles l'immunité a été accordée.

***Article 19***

Les privilèges et immunités sont accordés aux fonctionnaires du cadre du personnel professionnel international, exclusivement dans l'intérêt de l'Institut. En conséquence, le Directeur général pourra renoncer aux privilèges et immunités accordés à un fonctionnaire, dans tous les cas où, selon son jugement, leur exercice entraverait le cours de la justice et où il pourrait y être ainsi renoncé sans porter préjudice aux intérêts de l'Institut. Dans le cas du Directeur général, il incombera au Conseil interaméricain de l'agriculture de l'Institut de prononcer la levée de l'immunité.

***Article 20***

L'Institut coopérera, lorsque la demande lui en sera faite, avec les autorités compétentes en vue de faciliter la bonne administration de la justice, de veiller à l'observation des règlements de police et d'éviter tout abus auquel pourraient donner lieu les privilèges et immunités énumérés dans le présent Accord.

***Article 21***

L'Institut prendra les mesures nécessaires pour apporter une solution adéquate aux différends :

- a) Qui auraient pour origine des contrats ou autres accords de droit privé auxquels l'Institut serait partie;
- b) Dans lesquels serait impliqué un fonctionnaire ou un membre du cadre du personnel de l'Institut jouissant des immunités, dans le cas où le Directeur général n'aurait pas levé ces immunités conformément aux dispositions de l'article 19.

**SECTION VI. DU DOCUMENT OFFICIEL DE VOYAGE*****Article 22***

Le document officiel de voyage émis par l'Organisation des Etats américains au nom du fonctionnaire de l'Institut porteur de ce document, est reconnu et accepté comme valide pour l'entrée dans le pays et la sortie, lors des voyages de caractère officiel.

*Article 23*

Les demandes de visa sur le document officiel de voyage ou sur le passeport de fonctionnaires de l'Institut, lorsqu'elles seront présentées par l'Institut à des fins de mission officielle, seront examinées dans les plus brefs délais possibles.

*Article 24*

Le Gouvernement accordera des facilités d'obtention de visa pour les fonctionnaires de l'Institut et les personnes qui seraient désignées par l'Institut pour l'organisation de cycles d'études et de stages, la participation à des conférences, séminaires et activités ainsi qu'au développement de ses programmes au Brésil.

**SECTION VII. DU BUREAU DE L'INSTITUT AU BRÉSIL***Article 25*

L'Institut développera ses programmes, projets et activités par l'intermédiaire du Bureau au Brésil, ayant son siège en la ville de Brasília, DF, ainsi que des unités opérationnelles établies dans le pays, en tant que de besoin, auprès des institutions nationales, à des fins de coopération technique.

*Article 26*

Le Bureau sera dirigé par un fonctionnaire désigné par le Directeur général comme directeur et représentant, qui assurera la représentation légale du Directeur général, par délégation de ce dernier.

*Article 27*

Le Bureau, agissant dans le cadre du développement agricole et du bien-être rural, aura les fonctions principales suivantes :

- a) Représenter la Direction générale auprès des autorités brésiliennes dans les actes et les affaires en rapport avec les fonctions du Bureau et pour lesquelles il serait autorisé par ladite Direction;
- b) Promouvoir, orienter et coordonner les activités et opérations de l'Institut au Brésil;
- c) Entretenir des relations institutionnelles et de coopération technique en vue d'appuyer les efforts de développement économique, social, éducationnel et scientifico-technologique;
- d) Apporter une coopération technique pour la formulation et la mise en œuvre de projets et collaborer à l'identification de sources de financement;
- e) Promouvoir des relations de coopération et de coordination avec d'autres organismes internationaux et agences d'assistance bilatérale opérant dans le pays et visant des objectifs similaires.

*Article 28*

Les actions de coopération technique se développeront sur la base des programmes approuvés par le Conseil interaméricain de l'agriculture et des conventions d'opération correspondant à des projets spécifiques en accord avec les organes compétents, dans lesquelles seront définis pour chaque cas les objectifs, les méthodes de

travail, les contributions et facilités, ainsi que les obligations concernant chacune des Parties à la Convention.

#### *Article 29*

Le Gouvernement et l'Institut détermineront les priorités nationales pour choisir les domaines de concentration des actions de coopération technique de l'Institut au Brésil.

#### *Article 30*

Les Parties à la Convention s'engagent à créer un mécanisme de liaison entre le Gouvernement et la Direction générale de l'Institut, afin de maintenir la communication portant sur la réalisation de projets, programmes et autres activités d'intérêt mutuel.

#### *Article 31*

Les programmes, projets et activités de l'Institut au Brésil seront financés par des ressources provenant de la perception des contributions annuelles des Etats membres fixées par le Conseil, ainsi que par des fonds d'autres sources, provenant de contrats, conventions, contributions spéciales et également de revenus obtenus par l'Institut.

#### *Article 32*

Le Gouvernement, par l'intermédiaire des organes de l'administration directe ou indirecte, pourra apporter son appui pour le fonctionnement efficace de l'Institut au Brésil et l'entièvre réalisation de ses objectifs de coopération technique.

### SECTION VIII. DISPOSITIONS FINALES

#### *Article 33*

Les doutes ou différends relatifs à l'interprétation ou à l'application du présent Accord-cadre, qui n'auront pu être résolus par entente entre les Parties à la Convention, seront soumis à arbitrage à la demande de l'une quelconque des Parties. Au cas où ces doutes ou différends subsisteraient, ils seront soumis à la Cour internationale de Justice.

#### *Article 34*

Le présent Accord-cadre sera soumis à l'approbation des autorités compétentes et entrera en vigueur trente jours après la notification de l'accomplissement des formalités légales respectives.

#### *Article 35*

Toute modification du présent Accord-cadre devra être approuvée par les Parties à la Convention, qui se consulteront au préalable.

#### *Article 36*

Le présent Accord-cadre aura une durée indéfinie, mais pourra être dénoncé à tout moment, moyennant notification écrite par l'une quelconque des Parties à la Convention, ses effets prenant fin à l'expiration d'une période de six mois à compter

de la date de réception de la notification de dénonciation par l'autre Partie à la Convention.

EN FOI DE QUOI, les représentants ci-dessus mentionnés ont signé le présent Accord-cadre sur les priviléges et immunités et sur les relations institutionnelles de l'Institut interaméricain de coopération pour l'agriculture.

FAIT en la ville de Brasília, le 17 juillet 1984, en deux exemplaires originaux, en langue portugaise.

Pour le Gouvernement  
de la République fédérative  
du Brésil :

[*Signé*]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pour l'Institut interamericain  
de coopération pour l'agriculture :

[*Signé*]

FRANCISCO MORILLO ANDRADE

